



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

TERMO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO Nº ____/2019

Que entre si fazem a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO e a firma objetivando a exploração de área de 2.160 m² para à instalação de posto de revenda de combustíveis e serviços correlatos nas dependências da Ilha do Fundão.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, vinculada ao Ministério da Educação, neste ato denominada **CONCEDENTE**, com sede na Avenida Pedro Calmon, 550, Prédio da Reitoria, Cidade Universitária, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21941-901, inscrita no CNPJ sob o nº 33.663.683/0001-16, neste ato sendo representada pelo Pró-Reitor de Gestão e Governança, **ANDRÉ ESTEVES DA SILVA**, conforme delegação de competência determinada pela Portaria nº 4.925 de 12 de junho de 2017, do Magnífico Reitor, e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº, estabelecida, doravante denominada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representada por, portador da Cédula de Identidade nº e CPF (MF) nº, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por procuração, têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente **CONTRATO PARA A CONCESSÃO DE USO ONEROSO DE ÁREA** da **CONCEDENTE**, no Rio de Janeiro/RJ, à empresa do ramo para a exploração comercial de **POSTO DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS CORRELATOS**, do qual serão partes integrantes o edital da **PREGÃO Nº ____/2019** e a(s) proposta(s) apresentada(s) pela **CONCESSIONÁRIA**, constantes do Processo Administrativo nº 23079.036806/2018-65, sujeitando-se o **CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA** às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA DESTINAÇÃO

1.1. O presente termo contratual tem como objeto a concessão administrativa de uso oneroso de área da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**, localizada na Av. Horácio de Macedo, nº 1.701, Ilha do Fundão, Cidade Universitária, Rio de Janeiro/RJ, para instalação e exploração comercial de **POSTO DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS CORRELATOS** nos termos e condições estabelecidos neste contrato.

1.2. A exploração comercial das atividades de **REVENDA DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES e CONGÊNERES, LOJA DE CONVENIÊNCIA, LAVA-JATO e CORRELATOS** não gera para a **CONCEDENTE** qualquer compromisso relacionado com a contratação dos serviços típicos decorrentes dessa exploração, reservando-se à **CONCEDENTE** tão somente o direito de acompanhar e fiscalizar os serviços prestados, que devem seguir rigorosamente à legislação que trata do exercício de cada atividade, sem prejuízo das normas ambientais, técnicas, de segurança do trabalho e das normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

1.3. A Concessão de Uso destinar-se-á, exclusivamente, para o fim específico a que foi proposto, nos termos e condições estabelecidos neste Contrato, no Edital e no Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA TAXA DE OCUPAÇÃO

2.1. Como contraprestação pela concessão de uso objeto deste Termo, a **CONCESSIONÁRIA** pagará à **CONCEDENTE**, mensalmente, a importância de R\$X.000,00 (x mil reais), que deverá ser recolhida até o dia 10 (dez) do mês subsequente, por meio de boleto bancário/GRU cobrança expedido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2.1.1. O boleto a que se refere o subitem anterior será enviado à **CONCESSIONÁRIA** por meio eletrônico através de endereço de e-mail cadastrado junto a **CONCEDENTE**.

2.1.2. A alegação de não recebimento do boleto bancário pela **CONCESSIONÁRIA** não a exime da responsabilidade de efetuar o pagamento do débito no vencimento.

2.2. Ultrapassada a data do pagamento, sem que o mesmo seja efetuado, bem como os encargos legais e contratuais, a **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a pagar:

- I. Juros de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária;
- II. Multa de 2% (dois por cento) do valor do débito.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA INFRAESTRUTURA

3.1. Entende-se por infraestrutura, as instalações físicas da área de concessão, bem como todos os seus bens e equipamentos necessários ao funcionamento.

3.1.1. A entrega do espaço para o **CONCESSIONÁRIA**, bem como a devolução da **CONCESSIONÁRIA** para a **CONCEDENTE**, será efetivada mediante Termo de Vistoria.

3.1.2. Será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** equipar e mobiliar o empreendimento para o uso, inclusive pela sua manutenção.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARO NA ÁREA DE CONCESSÃO

4.1. A **CONCESSIONÁRIA** poderá fazer alterações ou modificações que se fizerem necessárias para melhor adequar o espaço concedido às suas finalidades, desde que não seja alterada a estrutura principal (primária) do imóvel, utilizando-se de paredes falsas, fato este que imputará à **CONCESSIONÁRIA** a apresentação do(s) Projeto(s) Técnico(s), arquitetônico, de interiores, elétrico, estrutural, e demais projetos pertinentes, para análise e aprovação do Escritório Técnico da Universidade – ETU.

4.1.1. As despesas decorrentes tanto da intervenção física na área de concessão quanto da elaboração do(s) projeto(s) técnico(s) necessário(s) correrão à conta da **CONCESSIONÁRIA**.

4.1.2. Caso a intervenção na estrutura seja autorizada não terá direito a **CONCESSIONÁRIA** a qualquer indenização, ficando as benfeitorias incorporadas ao patrimônio da UFRJ.

4.1.3. Toda manutenção e/ou reparo nas instalações físicas decorrentes do uso e tempo de uso do espaço serão de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**. Nos serviços e reparos que porventura forem executados deverão ser mantidos no mínimo, os mesmos padrões de materiais e acabamentos, e deverão ser aprovados previamente pela Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR6 e pela Prefeitura Universitária - PU.

4.1.4. As manutenções decorrentes do tempo de uso ou de fatores externos ficarão por conta da **CONCESSIONÁRIA**. A manutenção abrange, entre outros, os seguintes itens:

- a) água e esgoto;
- b) tubos e conexões;
- c) louças e metais;
- d) equipamentos, válvulas, sifões, etc.;
- e) limpeza de caixa de gordura.
- f) energia;
- g) eletrodutos e conexões; e
- h) lâmpadas, tomadas, disjuntores, reatores, interruptores, soquetes, etc.

4.1.5. Na hipótese de o fiscal do contrato encontrar inconformidades na inspeção inicial ou outra inspeção qualquer, a **CONCESSIONÁRIA** será notificada e terá prazo determinado para corrigir as irregularidades.

5. CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá iniciar os serviços imediatamente após o cumprimento das obrigações iniciais determinadas em Termo de Referência, mediante aprovação da **CONCEDENTE**.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO AMPARO LEGAL

6.1. A lavratura do presente contrato de concessão decorre da realização do Pregão nº ____/2019, realizada com fundamento no artigo 22, inciso I, § 1º, combinado com o art. 23, § 3º da Lei nº 8.666/93.

6.2. A prestação do serviço foi adjudicada em favor da **CONCESSIONÁRIA**, conforme despacho do Pró-Reitor de Gestão e Governança, exarado no Termo de Contrato de Concessão de Uso Oneroso nº ____/2019, tomando como base o disposto no artigo 45, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

7.1. A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO TERMO DE CONCESSÃO

8.1. Sem prejuízo do disposto no Capítulo III a IV da Lei nº 8.666/93, o contrato de Concessão referente à execução dos serviços será formalizado e conterá, necessariamente, as condições já especificadas no Termo de Referência do Pregão ____/2019.

8.2. Quaisquer condições apresentadas pela **CONCESSIONÁRIA** em sua proposta, se pertinentes, poderão ser acrescentadas ao Contrato de Concessão a ser assinado.

9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

9.1. A vigência do contrato de concessão será de 5 (cinco) anos, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ENCARGOS DA CONCEDENTE

10.1. Durante a vigência deste contrato a **CONCEDENTE** deverá:

- III. Exercer fiscalização sobre o contrato de concessão;
- IV. Exigir, a qualquer momento, esclarecimentos à concessionária em virtude de fatos e circunstâncias omissas neste instrumento e no termo de referência;
- V. Exigir da concessionária a fiel execução do contrato de concessão;
- VI. Notificar, por escrito, a **CONCESSIONÁRIA**, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do contrato, solicitando providências para regularização das mesmas;
- VII. Manter arquivado, junto ao contrato, toda correspondência trocada entre as partes;
- VIII. Manter firme e valiosa a concessão, desde que mantida as condições contratuais, salvo caso de força maior, conveniência ou oportunidade administrativas;
- IX. Emitir relatórios de quitações do valor mensal da concessão, quando solicitado pela **CONCESSIONÁRIA**;
- X. Designar SERVIDOR da instituição para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme previsto no artigo 67 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993;
- XI. Dar prazo mínimo de 30 (trinta) dias para que a concessionária restitua o imóvel à UFRJ, caso seja necessário que a Universidade solicite o mesmo, devendo, ainda, fazer essa comunicação por escrito e expor os motivos da decisão.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

11.1. São obrigações da **CONCESSIONÁRIA**:

- I. Responsabilizar-se pelas adequações necessárias ao bom e regular usufruto da área concedida;
- II. É de responsabilidade única e exclusiva da concessionária prover o mobiliário, equipamentos e outros necessários para a sua instalação e funcionamento;
- III. Arcar, ainda, com todas as despesas relativas aos materiais e produtos necessários à realização dos serviços objeto deste contrato;
- IV. Responsabilizar-se pelo controle de pragas urbanas que, por ventura, acudirem o imóvel;
- V. Identificar todos os equipamentos e móveis de sua propriedade;
- VI. Após comprovação do fato, responder por todos os danos e prejuízos causados ao patrimônio da UFRJ e de terceiros por algum dos seus representantes, empregados ou clientes, nos âmbitos administrativo, civil e criminal;
- VII. Responder, ainda, pelos danos causados diretamente à Administração da **CONCEDENTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços;
- VIII. Manter por conta própria, as áreas de serviço rigorosamente limpas e arrumadas, bem, ainda, cadeiras, paredes, janelas, portas e pisos, dentro do mais alto padrão de limpeza, de higiene, notadamente no período de maior utilização e frequência, providenciando a higienização, desinfecção e imunização das áreas e instalações utilizadas, independentemente dos serviços realizados pelo **CONCEDENTE**, não podendo utilizar produto químico nocivo ao ser humano;
- IX. Fazer a manutenção interna da área de concessão nas instalações elétricas, hidráulicas, pintura, rachaduras, e outras pertinentes, sempre que necessário e às suas expensas;
- X. Primar pela utilização de equipamentos consumidores de energia elétrica com certificado de consumo de energia "A", emitidos pelo INMETRO;
- XI. Responsabilizar-se pelo pagamento das despesas oriundas do consumo de água,

- energia elétrica e outras que vierem a ser legalmente instituídas pela UFRJ;
- XII. Cuidar e dar manutenção na área adjacente e perimetral ao imóvel concedido;
 - XIII. Restituir, nas mesmas condições que lhe foram entregues para uso, a área e instalações cedidas, quando oportunamente disposto pela UFRJ;
 - XIV. Realizar a exploração comercial de revenda de combustíveis com a possibilidade de vir a terceirizar a operação tão somente de atividades acessórias, tais como a exploração de loja de conveniência e lavagem de veículos, **EXCETO** na hipótese de a **CONCESSIONÁRIA** atuar no ramo das empresas autorizadas a funcionar como distribuidoras de combustíveis, em que a operação do posto deverá ocorrer por meio de parceiro com quem a distribuidora venha a firmar o trespasse da execução da concessão;
 - XV. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo **CONCEDENTE**;
 - XVI. Para fins de rescisão do contrato, deverá a concessionária informar à UFRJ por escrito, e motivadamente, a data que se pretende deixar o imóvel, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da mudança;
 - XVII. Comunicar à Administração da **CONCEDENTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
 - XVIII. Manter em lugar visível quadro com a lista de preços dos serviços ofertados;
 - XIX. Manter-se em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão nº ____/2019 durante toda a execução deste contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

12.1. À CONCESSIONÁRIA caberá, ainda:

- I. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONCEDENTE**;
- II. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos no desempenho do serviço ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da **CONCEDENTE**;
- III. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- IV. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato de concessão e pagar todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do uso do imóvel, inclusive tributos, tarifas ou preços públicos.

12.2. A inadimplência da **CONCESSIONÁRIA** com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração da **CONCEDENTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato de concessão, razão pela qual a **CONCESSIONÁRIA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **CONCEDENTE**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

13.1. Deverá a CONCESSIONÁRIA observar, também, o seguinte:

- I. É expressamente proibida por parte da **CONCESSIONÁRIA**, durante a vigência deste contrato de concessão, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **CONCEDENTE**;
- II. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste contrato de concessão, salvo se houver prévia autorização da Administração da **CONCEDENTE**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

14.1. A **CONCESSIONÁRIA** responderá por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais, em razão de omissão dolosa ou culposa, venham a causar aos bens da **CONCEDENTE** em decorrência deste contrato.

14.2. A **CONCEDENTE** estipulará prazo à **CONCESSIONÁRIA** para reparação de danos porventura causados.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO LOCAL E HORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Os serviços serão prestados no Posto de Revenda de Combustíveis, localizado na Avenida Horácio Macedo, 1701, Cidade Universitária.

15.2. O período de funcionamento, a contar do início da vigência do contrato, será de segunda a domingo, das 06 às 22 horas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS BENFEITORIAS

16.1. As benfeitorias para serem realizadas pela **CONCESSIONÁRIA** nas dependências do Posto de Revenda de Combustíveis dependerão de prévia e expressa autorização da **CONCEDENTE** e ficarão incorporadas ao imóvel, sem que assista a **CONCESSIONÁRIA** o direito de retenção ou de reclamar indenização a qualquer título.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Durante a vigência deste contrato de concessão, a execução e a qualidade dos serviços serão acompanhados e fiscalizados pela DIVISÃO DE GESTÃO DE CESSÃO DE USO ou servidor designado para esse fim, representando a **CONCEDENTE**.

17.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Concedente ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

17.3. O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

17.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

17.5. A **CONCESSIONÁRIA** poderá manter preposto, aceito pela Administração da **CONCEDENTE**, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.

17.6. A **CONCEDENTE** se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto, se em desacordo com o disposto neste Instrumento, no Edital e seus anexos.

17.7. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objetocontratual, deverão ser prontamente atendidas pela **CONCESSIONÁRIA**, sem ônus para a **CONCEDENTE**.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

18.1. O contrato de concessão a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração da **CONCEDENTE**, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este Pregão.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO REAJUSTE DO VALOR PAGO A TÍTULO DE TAXA DE OCUPAÇÃO

19.1. O valor pago a título de taxa de ocupação será reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da sessão pública de pregão do certame licitatório.

19.2. Será utilizado o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para cálculo do reajuste.

19.3. Para os reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O não cumprimento de qualquer condição do edital e contrato, sujeita a **CONCESSIONÁRIA**, a critério da **CONCEDENTE**, às seguintes sanções administrativas, garantida a prévia defesa:

- I. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto do contrato; e
- II. Multas. O valor da multa será cobrado, observado o parágrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93. Em caso de não cumprimento, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente:
 - a) De 5% sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no início da prestação do serviço, limitados a 10% do mesmo valor;
 - b) De 2% sobre o valor do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, aplicada em dobro na reincidência;
 - c) De 5% sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato, ou deixar de receber o documento que o substituir, ou, ainda, deixar de apresentar os documentos exigidos para sua celebração, nos prazos e condições estabelecidas no edital;
 - d) De 10% do valor total do contrato, caso não atendida no prazo de dez dias notificação expedida pela contratante para corrigir serviço ou conduta prestada em desacordo com o presente contrato ou edital;
 - e) De 10% sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da **CONCESSIONÁRIA**, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis;

20.2. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de cinco dias úteis contados da respectiva intimação.

20.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONCESSIONÁRIA**, pelo prazo de até dois anos, conforme autoridade fixar em função da natureza, da gravidade e da falta cometida.

20.4. As sanções serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

21.1. A inexecução total ou parcial deste contrato de concessão enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

21.1.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21.2. A rescisão deste contrato de concessão poderá ser:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da **CONCEDENTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, notificando-se a **CONCESSIONÁRIA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos; ou
- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste contrato, desde que haja conveniência para a Administração da **CONCEDENTE**;
- III. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;
- IV. Quando os valores da taxa de ocupação não forem pagos nos prazos estipulados;
- V. Quando ocorrer inadimplemento de cláusula contratual; ou
- VI. Quando o imóvel for necessário a serviço público.

21.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

21.4. Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá a Administração adquirir o objeto licitado de licitantes classificados em colocação subsequente, observadas as disposições constantes no inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666/93, ou efetuar nova licitação.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

22.1. Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão nº ____/2019, Processo nº 23079.036806/2018-65, com seus ANEXOS e a DOCUMENTAÇÃO apresentada da **CONCESSIONÁRIA**.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

23.1. Caberá à **CONCEDENTE** providenciar a publicação deste Instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, conforme determina o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

24.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade do Rio de Janeiro – RJ, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. É vedado o aditamento deste Contrato com o intuito de alterar o seu objeto.

25.2. A inadimplência da **CONCESSIONÁRIA** com referência a encargos previstos em lei, não transfere à **CONCEDENTE** a responsabilidade por seu pagamento, conforme o mandamento que emerge do § 1º do art. 71 da Lei nº 8.666/93.

25.3. É vedada a sublocação (total ou parcial) do imóvel de que trata este instrumento, bem como a transferência da concessão, **EXCETO** para a operação de atividades acessórias ou para a hipótese prevista no inciso XIV da subcláusula 11.1.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato de concessão em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2019.

ANDRÉ ESTEVES DA SILVA
Pró-Reitor de Gestão e Governança
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Cedente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Presidente
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Cessionária

TESTEMUNHAS:

Nome completo: _____

CPF nº: _____ Ass.: _____

Nome completo: _____

CPF nº: _____ Ass.: _____